



OS SABERES HEGEMÔNICOS ENQUANTO ANÁTEMA NA FORMAÇÃO SOCIAL E IDENTITÁRIA DO NEGRO NO BRASIL

LUIS MIGUEL DE OLIVEIRA ZEFERINO IMILHÃO

RESUMO

Este resumo é resultado do trabalho desenvolvido na disciplina “Como Pensar o Brasil Hoje?”, ministrada no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP), e tem como objetivo analisar os impactos dos saberes hegemônicos na constituição da identidade e na estruturação social da população negra. A partir de uma abordagem interdisciplinar, o estudo investiga como a lógica eurocêntrica moldou as dinâmicas de segregação espacial e exclusão social na construção dos sujeitos não brancos. Para isso, utiliza-se um referencial teórico crítico, ancorado em autores que discutem hegemonia cultural, segregação, eurocentrismo, opressão estrutural e urbanismo, articulando perspectivas históricas e sociais para compreender a constituição de desigualdades. O estudo debruça-se sobre três processos principais, a saber: escravização, o higienismo social e a especulação imobiliária, que contribuíram para a construção de enclaves urbanos e fortaleceram preconceitos enraizados. Esses elementos foram examinados como mecanismos de fragmentação social e territorial, perpetuando desigualdades e consolidando a marginalização das periferias urbanas. Os resultados evidenciam que a lógica eurocêntrica, pautada em valores de exclusão e hierarquização, permanece intrínseca às estruturas sociais e urbanas brasileiras atuais. A análise revela que o modelo de segregação das cidades-estado gregas e sua expansão pela Europa impactaram diretamente o Brasil, gerando dinâmicas de exclusão que marginalizam corpos negros e periféricos e de suas identidades. Conclui-se que a descolonização do pensamento e a construção de uma visão plural e inclusiva são fundamentais para combater as desigualdades e reparar os danos históricos causados pela hegemonia eurocêntrica. O trabalho contribui para ampliar as discussões sobre a relação entre urbanismo, segregação e identidades, apontando para a necessidade de políticas públicas que promovam justiça social e equidade no espaço urbano brasileiro.

Palavras-chave: Urbanidade; Segregação; Eurocentrismo.

1 INTRODUÇÃO

A ocupação da região de Pindorama¹ pela monarquia portuguesa, no século XVI, trouxe consigo os saberes hegemônicos estabelecidos na Europa. Esses conhecimentos, impregnados pelos preconceitos vigentes à época, moldaram, de maneira ampla, a formação do território que hoje corresponde ao Brasil, negligenciando e silenciando as ricas e diversas visões de mundo de etnias consideradas "sub-humanas", como negros e indígenas. A ausência de movimentos decoloniais robustos permitiu que o olhar homogeneizador e impositivo seguisse influenciando e condicionando as vivências do corpo social brasileiro na contemporaneidade. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi analisar os impactos dos saberes dominantes na formação social e

¹ Pindorama (do tupi: "*pindó-rama*": "região das palmeiras") é uma designação para o local dos povos tupis-guaranis, atual região oriental da América do Sul, denominada litoral do Brasil.

identitária das populações historicamente marginalizadas, especialmente as negras e periféricas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho elaborado caracteriza-se como qualitativa e fundamenta-se em uma análise crítica de materiais bibliográficos que discutem processos centrais da formação social brasileira, como a escravização, o higienismo social e os impactos contemporâneos da especulação imobiliária. Foram selecionados livros, artigos acadêmicos e outros documentos relevantes com o objetivo de entender como esses fenômenos moldaram a marginalização das populações negras e pobres, tanto no espaço físico quanto no simbólico, ao longo da história.

A análise foi estruturada em dois eixos principais, permitindo uma abordagem abrangente das dinâmicas de silenciamento e exclusão. O primeiro eixo concentrou-se na investigação das formas de silenciamento que tiveram origem na religiosidade e se expandiram para a vida cotidiana, moldando a visão de mundo de populações escravizadas e indígenas. Esse processo evidenciou como práticas simbólicas e discursivas foram utilizadas para legitimar a subjugação e reforçar estruturas de poder.

O segundo eixo abordou a questão da espacialidade, analisando as disparidades e exclusões que impactam diretamente os territórios ocupados por essas populações. Destacaram-se a falta de infraestrutura básica e a desvalorização das culturas locais, evidenciando o contínuo desamparo dessas comunidades. Esse enfoque possibilitou compreender como os saberes impositivos históricos e simbólicos de marginalização não apenas influenciaram a ocupação do espaço físico, mas também afetaram profundamente a construção identitária das comunidades excluídas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A célebre obra *A Primeira Missa no Brasil* (1860), do artista Victor Meirelles, buscou retratar a introdução dos preceitos religiosos portugueses entre a população indígena, com o objetivo de promover, por meio da crença, a chamada “civilidade” e “urbanidade” às tribos locais. Contudo, como argumenta Darcy Ribeiro em *O Povo Brasileiro – A formação e o sentido do Brasil* (2006, p. 59-60), essa dinâmica de colonização, aparentemente pacífica, ocultava em si uma violência profunda e simbólica. A imposição dos saberes religiosos, ao desrespeitar a intimidade e a sacralidade da espiritualidade indígena, configurava-se como um ato de etnocídio, apagando crenças e tradições ancestrais em nome da dominação cultural promovida pelos jesuítas. A tentativa de substituir práticas espirituais milenares por um modelo europeu não apenas violentava a identidade dos povos originários, mas também marcava o início de um processo sistemático de destruição cultural e simbólica de grupos “minoritários”.

Nas tarefas da conversão do gentio e sua integração na cristandade, foram soldados principais o jesuíta, o franciscano e o carmelita. Os inacianos, inspirando, apoiando, incentivando o braço secular para que, guerreando e avassalando, pusessem os índios, humilhados, a seus pés dentro das missões. Ali, aparentemente, eles iam viver vidas de índios humildes, contritamente. Na verdade, eles estavam inventando para os índios uma vida nova, triste vida de catecúmenos, suportável apenas diante da alternativa que era caírem cativos nas mãos do colono. (RIBEIRO, 2006, p.60)

No decorrer da historicidade brasileira, a transformação da cosmovisão dos indivíduos não brancos- por meio do saber eurocêntrico ultrapassou a esfera religiosa e se enraizou nas vivências cotidianas. Essa mudança é mais evidente na análise do grupo negro, (I) pela maior escala e temporalidade e (II) especialmente porque a população indígena, enquanto “objeto”

inicial de exploração, em grande parte foi exterminada. A violência foi – e ainda se estabelece sob outras formas na atualidade – enquanto elemento central na lógica expansionista, não apenas de Portugal, mas de toda a Europa Ocidental, onde a dominação se fundamentou no princípio excludente do processo decisório grego, onde apenas um seleto grupo – homens brancos com posses – obtém a prerrogativa de se debruçar e refletir sobre o espaço urbano, consolidando uma estrutura de poder em que o acesso ao pensamento crítico e à organização do território era restrito a uma elite privilegiada (PEREGALLI, 1994).

No Brasil Colonial(1500-1822) e Imperial(1823-1889), a formação social e identitária dos negros reflete de maneira clara como os saberes hegemônicos europeus desembocados pós invasão moldaram a construção dos indivíduos, impondo uma lógica *contínuum* de exclusão e violência sistêmica. Desde o início da colonização, a escravização de africanos constituiu não apenas uma base econômica para a exploração agrícola, mas também um mecanismo de imposição cultural e racial que desumanizou e reconfigurou populações inteiras, reduzindo-as à condição de mercadorias desprovidas de direitos e reconhecimento social. Esse processo foi sustentado por um olhar homogeneizador que relegava o negro à posição de “outro” subjugado. Em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (Fernandes,1965), argumenta-se que o sistema escravocrata não apenas inseriu o negro como “mão de obra servil”, mas o excluiu de forma permanente da participação plena na sociedade, perpetuando a marginalização durante e após a abolição da escravatura, em 1888. A tentativa-em grande parte exitosa- de erradicar as culturas africanas, substituindo-as por doutrinas cristãs e conservadoras causou o etnocídio negro-semelhante ao processo sofrido inicialmente pelas comunidades indígenas-, operando como método de apagamento identitário que silenciou a religião, a língua, as tradições, memórias, vozes e saberes de povos inteiros.

O impacto do saber eurocentrado foi tão avassalador sobre a psique da população negra que até mesmo as igrejas tornaram-se espaços de reforço das hierarquias raciais dentro da própria comunidade negra. Conforme observa Nepomuceno (2019), as irmandades religiosas, introduzidas pelo sistema católico-cristã da colonização, serviam tanto para a catequização quanto para o controle social, permitindo a organização dos negros apenas sob a égide da fé. Esse controle, entretanto, não apenas reproduzia as desigualdades impostas pelos brancos, mas também aprofundava divisões internas entre os próprios negros, criando distinções baseadas na tonalidade da pele e na condição de liberdade. Negros de pele mais clara, já assimilados aos valores hegemônicos e buscando maior proximidade com os padrões eurocêtricos, frequentemente buscavam se diferenciar dos negros de pele mais escura. Essa segregação interna ficou evidente na criação de irmandades religiosas específicas, como as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, destinadas predominantemente aos negros de pele mais escura, enquanto negros de pele clara, com maior aceitação social, participavam de irmandades como a de Nossa Senhora da Boa Morte - independentemente do tom de pele ou da condição de liberdade, era vedada a participação dos corpos negros nos espaços religiosos destinados aos brancos-. Esse processo exemplifica como o período escravocrata, sustentado pela colonização, destruiu as identidades negras, legitimando práticas segregadoras que atravessaram tanto a esfera pública quanto a organização interna das populações afrodescendentes. A imposição de uma religiosidade hierarquizada e racializada é um dos inúmeros mecanismos pelos quais a colonização impactou profundamente a formação social e identitária brasileira, perpetuando a marginalização e a invisibilização das populações negras. Embora a alforria desses grupos tenha emergido em 1889, o cenário de violência social e identitária não se alterou de forma radical. A nova ordem estatal, que se configurava com a Constituição de 1891, ignorou amplamente as demandas de inclusão e igualdade para os negros, perpetuando formas de exclusão social. A

discriminação e as inúmeras barreiras, antes explícitas e legalizadas, passaram a assumir formas mais sutis e indiretas, agora ancoradas em práticas sociais e econômicas que mantinham a marginalização dos negros, apesar da abolição formal da escravidão.

No início do século XX, no período pós-escravatura, o Higienismo Social emerge como uma segunda marca indelével da continuidade das desigualdades sociais. Originado na França, esse movimento exerceu uma influência profunda nas políticas urbanas brasileiras. Nabil Bonduki, em sua obra: *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria (2017)*, destaca como a ausência de políticas habitacionais inclusivas agravou os processos de segregação. Em vez de promover uma integração urbana, as políticas públicas reforçaram a lógica higienista, relegando populações negras e pobres a espaços periféricos e intensificando as desigualdades estruturais. Na França, a segregação urbana era motivada principalmente por questões econômicas e sanitárias. No Brasil, porém, o Higienismo se entrelaçou com o racismo estrutural, tornando-se um instrumento para consolidar a exclusão racial. As elites urbanas brasileiras, ao adotarem saberes eurocêntricos, usaram o discurso higienista para justificar a "limpeza" das áreas centrais, o que resultou na remoção sistemática de populações negras para as periferias. Assim, mesmo após o período colonial, o Brasil continuou a reproduzir modelos eurocêntricos de organização urbana, limitando a cidadania plena para a população negra.

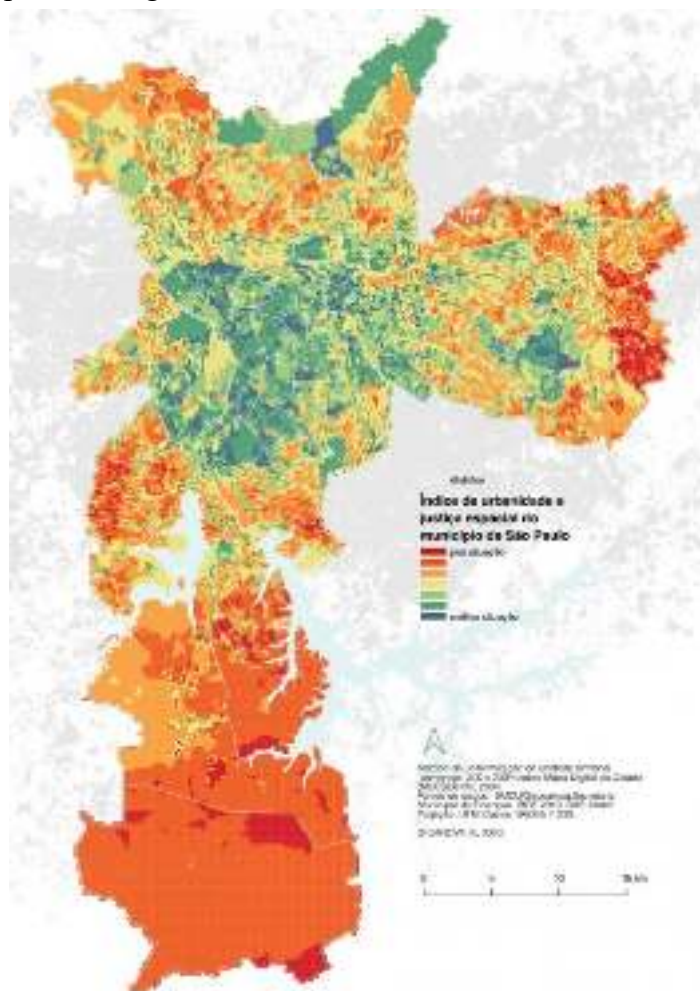
Ao longo da história brasileira, a formação social e identitária da população negra também foi profundamente marcada por dinâmicas de exclusão no contexto da consolidação do capital. Durante o período escravocrata, a maioria dos negros foi sistematicamente privada de poder econômico. Com a abolição, essa exclusão foi perpetuada, deixando a população negra à margem, sem acesso a recursos básicos e sem o capital inicial necessário para garantir direitos fundamentais, como lazer, subsistência e moradia digna. A vinculação entre especulação e capital estratifica abismos sociais que continuam moldando as dinâmicas urbanas contemporâneas, caracterizadas pela segregação espacial e pela marginalização das populações negras nas periferias.

Embora essas dinâmicas segregatórias tenham impactado de forma particular a população negra, os núcleos de pobreza econômica também incluíram a população branca pobre. Contudo, as experiências de exclusão apresentaram diferenças significativas nos aspectos econômicos, sociais e identitários. Enquanto brancos pobres também ocupavam posições subalternas no sistema de classes e enfrentavam os efeitos do higienismo e da especulação imobiliária, a branquitude lhes conferia um privilégio simbólico, mesmo que limitado. Como ressalta Jessé Souza em *A Elite do Atraso (2017)*, esse privilégio simbólico funcionou como uma barreira histórica, impedindo alianças entre negros e brancos pobres. Essa estratégia, orquestrada pelas elites, fortaleceu a hegemonia das classes dominantes e garantiu a fragmentação das classes subalternas, consolidando estruturas opressivas que atravessam gerações.

Renata Bichir utiliza o conceito de "desigualdade em camadas", que ajuda a compreender como diferentes grupos experimentam a pobreza de formas específicas. No caso da população branca pobre, ainda que enfrentassem dificuldades econômicas, sua branquitude os posicionava acima das populações negras na hierarquia social, mesmo em contextos de extrema pobreza. Esse privilégio é evidente, por exemplo, na configuração das periferias urbanas. Em São Paulo, observa-se que as áreas mais precarizadas das periferias tendem a ser majoritariamente habitadas por pessoas negras, enquanto no Rio de Janeiro, às regiões mais altas dos morros – onde as condições são mais degradantes – também apresentam maior concentração de população negra. Em contraste, as áreas mais baixas e de melhor infraestrutura nas periferias costumam abrigar uma população mais branca. Esses padrões revelam como o racismo estrutural continua a

organizar o espaço urbano e a determinar a qualidade de vida. Enquanto os brancos pobres enfrentam dificuldades, eles ainda desfrutam de certa mobilidade e acesso comparativamente melhor às oportunidades. Esse cenário demonstra como a desigualdade, mesmo entre os marginalizados, é estruturada de forma a reforçar privilégios simbólicos e materiais para a população branca, consolidando a hierarquia racial que molda a sociedade brasileira.

Mapa das desigualdades em São Paulo. Calliari, Mauro. 2020.



Utilizando-se como exemplo a megalópole de São Paulo, foi lançado, em 2020, o “Mapa das desigualdades em SP”, conduzido por Mauro Calliari, que demonstrou a profunda desigualdade socioespacial no município de São Paulo, evidenciada pelo índice de urbanidade e justiça espacial. A imagem (acima) revela que as áreas centrais, destacadas em verde, apresentam melhores condições de infraestrutura, mobilidade e acesso a serviços públicos, enquanto as regiões periféricas, marcadas em laranja e vermelho, enfrentam graves déficits nessas dimensões. Esse padrão de segregação urbana reforça a exclusão social e aponta para a urgência de políticas públicas que promovam maior equidade territorial e inclusão social. Cenário este que não se restringe a SP, mas que é vista sob todo o território nacional.

Diante desse cenário, na atualidade pós anos 2000, identifica-se que a identidade negra no Brasil continua sendo marcada pela imposição de padrões eurocêtricos, que remontam à

escravidão e à segregação social. Esses padrões são perpetuados pelos discursos hegemônicos brancos, criando um abismo entre negros e brancos, como observa Kabengele Munanga (2004). Durante a escravidão, por exemplo, a vestimenta servia como um dispositivo de controle social, simbolizando a subordinação dos negros em relação à elite branca. Mesmo após a abolição, essa hierarquia se manteve, especialmente em profissões como a de empregada doméstica, onde os uniformes continuam a reforçar essa separação social/racial. Outrossim, sob o mercado de trabalho, a pressão para adotar padrões estéticos eurocêntricos, como o alisamento de cabelos ou o uso de roupas "adequadas", reflete a persistência do racismo estrutural. Munanga (2004) aponta que essa imposição de padrões reflete a marginalização histórica dos negros, forçando-os a adotar comportamentos que não pertencem à sua cultura para garantir aceitação. Por outro lado, nas periferias urbanas, movimentos decoloniais, como a moda periférica e manifestações culturais como o rap e o funk, iniciou-se um movimento decolonial de reafirmação da identidade negra enquanto resistência ao racismo estrutural e (re)aglutinação de suas identidades. Esses movimentos, embora enfraquecidos, como observa Lélia Gonzalez (1984), são uma forma de contestação das normas hegemônicas e uma afirmação da cultura negra frente ao racismo institucionalizado.

Fruto dos processos, as cidades contemporâneas, que deveriam, conforme o *Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001)*, promover o encontro e a interação entre diferentes classes e grupos, acabam limitando-se a uma convivência mínima e utilitarista. Não havendo a colocação de brancos e negros em posições sociais equivalentes, tornou-se impossível que suas identidades se desenvolvam de forma plena e autônoma. A sombra branca, sempre presente, continua a perseguir, ditando os caminhos e limitando as possibilidades de redesenho identitário e social daqueles que permanecem à margem.

4 CONCLUSÃO

A trajetória histórica do Brasil é marcada pela imposição de saberes eurocêntricos que, desde a colonização, violaram espiritualidades indígenas e apagaram identidades negras, instaurando um modelo de exclusão e subordinação. A catequização indígena, retratada como um ato "civilizatório", ocultou práticas de etnocídio, enquanto o sistema escravocrata reduziu africanos a mercadorias, silenciando culturas e perpetuando desigualdades. No período pós-abolição, a exclusão social dos negros foi reafirmada por meio de políticas higienistas, especulação imobiliária e hierarquias raciais, relegando-os às periferias urbanas. Paralelamente, o racismo estrutural fragmentou alianças entre pobres negros e brancos, reforçando privilégios simbólicos e aprofundando a segregação. As elites urbanas adotaram discursos europeus para justificar a desigualdade, consolidando uma sociedade onde as populações marginalizadas tiveram seu acesso à cidadania plena negado. Apesar disso, movimentos culturais e decoloniais, como o rap, o funk e a moda periférica, emergem como formas de resistência, reafirmando identidades negras e questionando as normas hegemônicas. Contudo, a luta por inclusão e igualdade enfrenta desafios persistentes, já que estruturas racistas e eurocêntricas ainda moldam as dinâmicas urbanas e sociais contemporâneas.

O Brasil atual carrega as marcas de um passado que insiste em limitar o desenvolvimento social e identitário pleno das populações marginalizadas. O enfrentamento dessas questões exige a valorização da diversidade cultural, o combate ao racismo estrutural e o redesenho de cidades que promovam o encontro, a inclusão e a justiça social.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria.** In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 19, n. 2, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos.** Brasília: Ministério das Cidades, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Dominus, 1965.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** In: GONZALEZ, Lélia. *Feminismo negro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1984. MEIRELLES, Victor. **A Primeira Missa no Brasil.** 1860.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NEPOMUCENO, Eduardo. **Irmandades de negros, devoção à Nossa Senhora do Rosário e à ancestralidade.** Artigo.

PEREGALLI, Enrique. **A América que os colonizadores encontraram.** São Paulo: Hucitec, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** São Paulo: Leya, 2017.